

O projeto liberal democrata de Guedes

RIBAMAR OLIVEIRA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que "agora é a hora de otimizar o crescimento de novo" e que, para isso, o governo vai executar uma política "liberal democrata", que permita a retomada da economia, paralisada pela repetição, nas últimas décadas, de políticas sociais democratas, de intensa intervenção do Estado na economia do país.

A mudança, na avaliação de Guedes, será possível por causa "do aperfeiçoamento das instituições democráticas", ocorridas com a última eleição presidencial. "Depois de 30 anos de aliança política de centro esquerda, há agora uma aliança de centro-direita, entre conservadores, em princípios e costumes, e liberais na economia", argumentou. "É importante que haja isso. A nossa democracia estava capenga. O Brasil merece ter essas duas vertentes", acrescentou.

A aliança de centro-direita permitirá a execução de um "projeto liberal democrata". Quais são as peças principais do programa?

Guedes vai abrir a economia, privatizar de forma acelerada as estatais, controlar gastos, reformar o Estado, desregular, simplificar e reduzir impostos e descentralizar os recursos para Estados e municípios. No caso do controle dos gastos, a prioridade será a reforma da Previdência Social.

"O capitão não está preocupado com as próximas eleições"

Haverá também ênfase no social. "Vamos apoiar a área social porque os Chicagos Oldies nunca tiveram só essa face da estabilização, dos regimes monetário e fiscal. Eles sempre tiveram a face do capital humano, do investimento em saúde, educação, o foco (nas crianças de 0 a 9 anos)", enfatizou. "A ideia de investimento maciço em capital humano é transformadora, é libertadora".

Guedes disse que foi o projeto liberal democrata que permitiu a Alemanha se reerguer depois da Segunda Guerra Mundial. O mesmo,

segundo ele, ocorreu no Japão. E também no Chile, na década de 1970, durante o governo de Augusto Pinochet. Neste caso, o projeto foi executado pelos chamados "Chicagos Boys" - os garotos formados pela Universidade de Chicago, considerada na época o templo do pensamento liberal. "Este (projeto) eu vi e trouxe algumas ideias para cá", disse.

Algumas das ideias adotadas no Chile pelos "Chicago Boys" foram incorporadas por Guedes ao programa de campanha do candidato Afif Domingos à Presidência da República, na primeira eleição direta realizada no Brasil depois do regime militar, em 1989. Afif, com o apoio de Guedes, propôs uma reforma liberal para o Brasil. "Naquela época, eu achava que era possível fazer (executar a reforma liberal) em seis meses. Agora, acho que vai demorar um pouco mais", brincou.

Hoje, como ministro da Economia do governo Bolsonaro, ele cercou-se de "Chicago Oldies" - uma referência ao fato de que alguns dos





seus principais assessores serem formados, assim como o próprio ministro, na Universidade americana, mas não serem mais garotos. Alguns deles preferem ser chamados de "Chicago Uncles".

Durante a solenidade de sua posse no cargo de ministro da Economia, Guedes não fez um discurso. Fez uma palestra, ajudado por um papel onde anotou as ideias sobre as quais queria discorrer. Em alguns momentos, não lembrou o que tinha que falar. O diagnóstico do ministro, no entanto, foi muito claro, embora não seja novo, pois está sendo repetido desde quando Joaquim Levy assumiu o ministério da Fazenda, em 2015: o gasto público não para de crescer.

"A dimensão fiscal é o calcanhar de Aquiles da política econômica brasileira", afirmou Guedes. Para ele, a falta de coordenação entre as políticas monetária e fiscal, ao longo de várias décadas foi a principal responsável pelas duas hiperinflações que o Brasil viveu. É preciso, reafirmou o ministro, controlar gastos. Guedes afirmou que o Estado brasileiro gasta muito, mas gasta mal. Para ele, o governo virou "uma gigantesca máquina, perversa, de transferência de renda em todas as suas dimensões".

Por não controlar suas despesas e ter que se endividar no mercado, o ministro disse que o governo

brasileiros gasta "um Plano Marshall por ano em transferência de renda para rentistas". O Plano Marshall foi uma ajuda dada pelos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus após a Segunda Guerra. "O Brasil reconstrói uma Europa por ano".

Outra transferência perversa de renda ocorre pela atuação dos bancos públicos. "Os bancos públicos dão recursos para os grandes, não para os pequenos. Os bancos públicos se perderam quando piratas privados, burocratas corruptos e criaturas do pântano político se associaram contra o povo brasileiro", afirmou. Neste momento, Guedes foi longamente aplaudido.

A transferência perversa de renda se dá também, lembrou o ministro, por meio da Previdência, pois os servidores do Legislativo e do Judiciário recebem elevados benefícios, enquanto o povo recebe benefícios de valores baixos. Ele foi, novamente, aplaudido.

Guedes observou que não é preciso cortar gastos para reequilibrar as contas. Para ele, se for possível manter as despesas constantes em valores nominais por dois anos (em outro momento da palestra, ele chegou a falar em três ou quatro anos), com a economia crescendo, o problema fiscal brasileiro estará praticamente resolvido. Mas não é possível

controlar gastos, sem a reforma da Previdência, advertiu.

Um dos pilares do programa liberal democrata será, portanto, a reforma da Previdência. Ele disse que, se não for possível realizar a reforma, o governo terá que enviar ao Congresso uma proposta de emenda constitucional desvinculando as receitas orçamentárias. Isso será necessário porque, para manter o gasto dentro do teto, o governo e os próprios parlamentares precisam ter liberdade para elaborar o Orçamento da União.

Os desafios são imensos, lembrou Guedes. Mas ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro está disposto a propor medidas amargas para resolver os problemas. "Nas nossas conversas, ele tem me dito que é preciso fazer o que tem que ser feito, o que é melhor para o povo. O capitão está preocupado com as futuras gerações e não com as próximas eleições", afirmou.

O diagnóstico sobre a economia está correto, embora não seja novo. O problema, no entanto, continua sendo o mesmo: convencer o Congresso a aprovar as medidas necessárias.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Terra diz que 13º do Bolsa Família custa R\$ 2,5 bi e será pago este ano

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

O ministro da Cidadania, Esporte e Cultura, Osmar Terra, afirmou ontem, na cerimônia de transmissão do cargo, que cumprirá a promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro e criará um 13º pagamento para o Bolsa Família, o que custará cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano. Terra evitou anunciar outros projetos, dizendo que ainda precisa mapear toda a pasta, decorrente da fusão de três ministérios, mas prometeu manter as atuais estruturas e integrar as políticas públicas do Desenvolvimento Social, Esporte e Cultura.

Ex-ministro do Desenvolvimento Social, que chegou ao cargo por indicação de Terra (que exerceu esse papel durante dois anos do governo Temer), Alberto Beltrame disse que sua sugestão para o novo governo é usar a economia com cortes de aposentadorias por invalidez e auxílio-doença irregulares para pagar o 13º do Bolsa Família. "Já estamos economizando R\$ 7 bilhões por ano do auxílio-doença e, a partir do segundo semestre de 2019, vamos economizar R\$ 5,7 bilhões por ano com cortes na aposentadoria por invalidez. É mais que o suficiente." O valor dessas economias, disse, é maior, desde 2016, do que o governo federal receberia com a privatização da

Eletrobras (estimada em R\$ 12 bilhões).

Beltrame destacou que o governo Temer acabou com o temor de parte da população de que, dependendo do eleito, os programas sociais acabariam. "[Essas políticas] Não podem ser confundidas com um governo, com um governante ou com a vontade ou voluntarismo de um ministro. São propriedade da sociedade brasileira, e não de partidos ou ideologias", afirmou.

Terra não entrou em detalhes, mas prometeu, no espírito de integrar as ações dos três ministérios que foram fundidos, "reforçar o Bolsa Família com a inclusão produtiva e pelo menos um jovem por família ter a oportunidade de fazer curso técnico, se preparar e receber microcrédito". Durante a cerimônia, o ministro brincou e pediu à imprensa que evitasse "perguntas complexas" sobre a nova pasta, porque ainda estava conhecendo todos os projetos da Cultura e Esporte. Ele terá três "subsecretários" que ficarão responsáveis por tocar o dia a dia delas.

Apesar de críticas à incorporação da Cultura e dos Esportes a um outro ministério, Terra disse que eles "não desapareceram, se fundiram". "É um monstro, mas de grande, não de feio. Pode fazer trabalho extraordinário. Pode ser grande instrumento de redenção, de

incorporação, da sociedade", disse. "Isso não vai tirar a força que cada ministério tem", completou, prometendo manter as estruturas de cada um.

Sobre os projetos para as outras áreas, o ministro disse que pedirá mais verba para o Bolsa Atleta, mas que a ideia é distribuir melhor os recursos já existentes, "privilegiando o esporte de base". Na área da cultura, afirmou que pretende atuar para que as políticas públicas atinjam os jovens talentos. A proposta é fazer um pente fino nos contratos da Lei Rouanet e uma avaliação da situação atual de todos prédios e instituições públicas. "Temos que fazer pente fino agora, quantos Museus Nacionais não estão a ponto de pegar fogo?", disse, sobre o incêndio no museu que ficava no Rio de Janeiro.

O ministro disse não estar com medo de que, no corte prometido por Bolsonaro nos comissionados, sua pasta seja a mais atingida, como ocorreu em anos anteriores, quando os orçamentos da Cultura e Esportes foram drasticamente reduzidos pela crise fiscal. "Temos que mapear tudo agora. Tem que cortar o que der para cortar. O que não der para cortar não vamos cortar", disse. O ex-ministro da Cultura Sergio Sá Leitão não participou da cerimônia, dizendo que tinha uma reunião como secretário de Cultura do governo de São Paulo.

O plano B de Guedes

A franqueza demonstrada pelo recém-empossado ministro da Economia, Paulo Guedes, é pouco usual em Brasília, onde declarações inábeis não raro criam dificuldades políticas desnecessárias. Ao assumir o posto nesta quarta (2), ele expôs diagnósticos e prioridades corretas, mas ainda assim deu motivo para certa inquietação.

De melhor, exibiu entendimento amplo das distorções da Previdência, que não se limitam ao gasto excessivo —a diferença entre os regimes dos servidores públicos e dos demais trabalhadores se mostra, sobretudo, “uma fábrica de desigualdades”, como descreveu.

Reforçou, assim, a primazia da reforma das aposentadorias, em nome da qual havia recomendado em novembro uma “prensa” no Congresso e provocado mal-estar no meio político. Agora, a estranheza vem de Guedes anunciar desde já um plano para o caso de derrota legislativa do projeto.

Este seria, disse, uma proposta de emenda constitucional destinada a eliminar, de forma drástica, as regras que determinam aplicações mínimas das receitas em determinadas áreas, notadamente educação e saúde. Desvincular o Orçamento, conforme o jargão técnico.

Tal ideia, que já havia circulado antes da posse da nova equipe, deve incluir ainda o fim da correção automática de valores como os dos benefícios assistenciais, trabalhistas e previdenciários. “Desindexa, desvincula e desobriga todas as despesas e receitas da União”, conforme as palavras do ministro.

Pode-se interpretar o plano como mero exercício de realismo e lógica, pois reformar a Previdência é, sem dúvida, empreitada das mais árduas. O governo incorrerá em riscos, entretanto, se der a entender que considera sua alternativa igualmente satisfatória.

Esta Folha defende a revisão das vinculações orçamentárias, para que União, estados e municípios possam alocar suas receitas de acordo com as escolhas políticas e as circunstâncias de cada momento e local. Mas fazê-lo sem equacionar as despesas com aposentadorias tenderia a aprofundar distorções das políticas públicas.

De imediato, os ajustes inevitáveis dos desembolsos governamentais sacrificariam verbas de educação, saúde e benefícios sociais, voltadas para a parcela mais pobre da população. Enquanto isso, setores organizados e influentes tratariam de assegurar suas vantagens.

É fato que esse conflito distributivo já foi explicitado pela instituição do teto constitucional para os gastos da União —a compreensão da finitude dos recursos, afinal, faz ver que contemplar alguns sempre implica dizer não a outros.

Justamente por isso fica evidente o imperativo de uma reforma previdenciária que combata as injustiças apontadas pelo ministro. Ela demanda um persistente trabalho de convencimento da sociedade, do qual não se deve tirar o foco.

Ex-juiz, Witzel pede paciência a Judiciário e Promotoria do Rio

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), pediu nesta quarta-feira (2) compreensão do Poder Judiciário e do Ministério Público nas ações que interferem na execução do orçamento.

Ex-juiz, Witzel recebeu a faixa do ex-vice-governador Francisco Dornelles (PP) —o antecessor, Luiz Fernando Pezão (MDB), está preso e foi afastado do cargo em dezembro.

“É preciso certa compreensão do Tribunal de Contas do Estado e do nosso Poder Judiciário. Muitas são as ações que hoje questionam os limites constitucionais. Mas é preciso entender que é preciso ter possibilidade material sob pena de se afrontar o artigo 2º da Constituição”, disse Witzel, em referência à harmonia entre os três Poderes da República.

Ao longo da crise financeira, Pezão foi alvo de três ações de improbidade administrativa para garantir o gasto do mínimo de 12% do orçamento em saúde, como determina a Constituição estadual. A regra foi descumprida em razão da grave crise financeira do estado, e as ações buscavam interferir na execução dos orçamentos.

“Nós vamos respeitar os nossos tributos porque atrás deles existe o suor dos empresários, dos trabalhadores, para que possamos prestar o melhor serviço público. Mas há que se ter possibilidade material. Não se pode cumprir formalmente, quando não se tem materialmente”, disse o governador, empossado nesta terça-feira (1º).

“Sei o quanto anseia, tanto o Ministério Público quanto o Poder Judiciário, principalmente diante de tantos escândalos, de fazer que o orçamento seja respeitado. Mas peço

que levem às vossas instituições uma palavra a fim de que nós possamos ter um pouco mais de paciência. O governo que se inicia tem um compromisso absoluto com o dinheiro público”, disse Witzel.

O Executivo na gestão Pezão também atrasou os repasses a entidades que tem recursos mensais garantidos na Constituição estadual, como o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública —verba chamada de duodécimo. Questionado sobre este tema, Witzel afirmou que “o orçamento é anual, não mensal”.

“Só se pode dizer que não foi cumprido os mínimos constitucionais no final do ano. Existem algumas teorias de que tem que cumprir mês a mês. Isso acaba atrapalhando. É preciso um pouco de paciência até o final do ano”, disse.

Após entregar a faixa, Dornelles afirmou que o estado viveu “momentos de agonia” com os arrestos judiciais e os





promovidos pela União, em razão de atraso no pagamento de dívidas. O ex-vice-governador fez elogios a Pezão pela assinatura do regime de recuperação fiscal, que suspendeu o pagamento de juros da dívida.

“O [ex-]governador Pezão, com enorme paciência e persistência, e com a intervenção do [ex-]presidente Temer e Rodrigo Maia, conseguiram com grande esforço assinar o regime de recuperação fiscal, que proibiu arrestos.”

O estado do Rio de Janeiro vive grave crise financeira desde 2015. Em 2016 foi decretado estado de calamidade na administração pública, renovada sucessivamente e válida até o fim deste ano. A lei permite o descumprimento de alguns itens da lei de responsabilidade fiscal.

Apesar do alívio do regime de recuperação fiscal, o orçamento deste ano tem um déficit previsto em R\$ 8 bilhões.

Desvincular o Orçamento é plano B para a Previdência, afirma Guedes

Ministro diz que "vai buscar o boi na sombra", em referência a medidas para reduzir incentivos

Mariana Carneiro e Bernardo Caram

Brasília- Em seu primeiro discurso como ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que "vai buscar o boi na sombra", fazendo referência a medidas para reduzir incentivos tributários concedidos a empresas e a aposentadorias generosas de servidores públicos.

A iniciativa parte do diagnóstico de que é preciso frear o crescimento excessivo dos gastos públicos, que levou o país a um endividamento em bola de neve e a taxas de juros recorrentemente elevadas.

"A insistência do Estado como o motor do crescimento produziu essa expansão dos gastos como proporção do PIB, corrompendo a política e estagnando a economia",

disse.

"São dois filhos bastardos do mesmo fenômeno. O Brasil foi corrompido e parou de crescer pelo excesso de gastos. A reforma do Estado é a chave para a correção."

O principal ponto na mira do ministro é a Previdência, que deve ser objeto de reforma a ser apresentada ao Congresso Nacional logo na abertura dos trabalhos legislativos.

Nos próximos 30 dias, disse, serão apresentadas medidas para reduzir as despesas por meio de mudanças que não alterem a Constituição.

"A Previdência é uma fábrica de desigualdades, quem legisla tem as maiores aposentadorias, quem julga tem as maiores aposentadorias e o povo brasileiro tem as menores", afirmou Guedes, sendo muito aplaudido pela platéia formada por empresários, banqueiros e políticos.

Os maiores gastos do governo são com juros, Previdência e funcionalismo. Com a reforma previdenciária, Guedes pretende atacar os dois primeiros, respondendo à inquietude de investidores e empresários à espiral do endividamento público. Já a despesa com a folha de pagamentos de servidores, por sua vez, seria alvo de uma reforma administrativa.

A reforma da Previdência poderia produzir crescimento sustentado pelos próximos dez anos, na visão de Guedes.

Mas o ministro tem um plano B, caso não seja aprovada a reforma: "Desindexar, desvincular e desobrigar todo o Orçamento federal", o que na prática retira todas as amarras da gestão da administração pública, também com a aprovação de uma emenda constitucional.

Hoje, cerca de 92% dos gastos estão comprometidos com despesas





obrigatórias. Nessa lista estão dois tipos de despesa: as obrigatórias, como Previdência, folha de pagamento, abono salarial, renda para deficientes e idosos; e também as chamadas despesas vinculadas, que são destinadas a saúde e educação.

Por determinação constitucional, estados devem destinar 12% da receita líquida de impostos para a saúde; municípios, 15%, incluindo transferências da União. No caso da educação, estados e municípios precisam destinar 25% da arrecadação, também incluindo transferências.

Guedes defende que as regras de despesas sejam retiradas, pelo menos temporariamente, afim de controlar o ritmo de crescimento dos gastos públicos, que sem a reforma da Previdência vão estourar o teto entre 2020 e 2021.

Nas palavras dele, parcela relevante dos gastos obrigatórios não atende à população.

"Estão indexadas as generosas aposentadorias futuras, em que a máquina pública tem fatia expressiva e os excelentes salários bem acima do restante da população", afirmou.

"Se isso [reforma da Previdência] falhar, temos essa PEC (proposta de emenda à Constituição). Segura o teto [de gastos], desindexa, desvincula e desobriga todas as despesas da União", afirmou

Para o setor privado, enviou um sinal de corte nos incentivos fiscais (descontos de impostos) e nas contribuições ao Sistema S.

"Nós não vamos tirar dinheiro da ministra de Direitos Humanos. Coitadinha. O orçamento dela é de menos de [R\$] 1 bilhão. Ali a gente pode até dobrar. Mas quem estiver com muito recurso, com o boi na sombra, vamos buscar", disse. "[Tem] subsídio de empresa, já falei, tenho de enfatizar, tem gente que até tentou impedir a fusão dos ministérios, tudo para manter o boi na sombra. Mas nós vamos buscar o boi na sombra."

Guedes se refere à resistência de parte do setor produtivo em relação à fusão da área econômica no governo Bolsonaro e da tentativa de convencer o presidente a criar um ministério da Produção, para evitar a fusão do Mdic (Indústria e Comércio Exterior), Planejamento e Fazenda. O intento acabou fracassado.

Disse que buscará áreas em que há excesso de gastos, que desagüam em publicidade e influência parlamentar, indicando falar de entidades irrigadas pelo Sistema S. A redução da contribuição empresarial para a rede é uma das prioridades que Guedes já destacou para a sua equipe.

Elite financeira prestigia posse na Economia

A cerimônia de posse da área econômica teve uma peculiaridade: representou não apenas a transferência de cargos mas afusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Mdic e parte do Trabalho. A lista de presentes que prestigiaram a posse da nova equipe econômica, dessa maneira, também foi atípica pela diversidade.

Ficaram lado a lado lideranças de entidade do setor industrial, como os presidentes da Anfavea (automóveis), Antonio Megale, e da Abimaq (máquinas e equipamentos); executivos de grandes empresas, como Pedro Parente, presidente do conselho de administração da BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão; e representantes do setor financeiro, entre eles André Esteves, fundador do BTG Pactual, e José Olympio





Pereira, presidente do Credit Suisse.

O presidente do Bradesco, Octavio Lazari Junior, que acompanhou a cerimônia, elogiou a escolha da equipe de Guedes e afirmou que há uma expectativa de ampliação do crédito no país se foram encaminhadas medidas como a reforma da Previdência, a simplificação tributária e a independência do BC.

"Foi um compromisso de campanha do presidente Bolsonaro e de Guedes. A gente tem convicção de que o governo, agora assumindo, vai fazer as coisas acontecerem."

O presidente do Itaú Unibanco, Cândido Bracher, e ressaltou que há desafios à frente do ministro.

"Tenho convicção de que, com

sua longa experiência, capacidade técnica e o apoio de uma equipe qualificada, reúne todas as condições para recolocar o Brasil na rota de um crescimento mais robusto e sustentável", disse.

O economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e sócio da Rio Bravo Investimento, que defende o ideais liberal como Guedes e hoje atua como consultor do Partido Novo também foi posse. "Estamos aqui para dar nosso apoio", disse Franco.

Numa demonstração de que Guedes tenta atrair a cooperação do Judiciário e do Legislativo, também estavam presentes na cerimônia os presidentes do Supremo, Dias Toffoli, e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).





A fórmula de Guedes

Receita liberal

"Quanto maior o grau de intervenção da economia, menor a taxa de crescimento, maior o grau de corrupção. Quanto mais fechada, maior a venda de favores. Quanto mais impostos, mais subsídios e mais favores oficiais. Vocês sabem que todos esses problemas, seja mensalão, petrolão, aconteceram em locais públicos, aconteceram em empresas publicas. Esse é o questionamento da população. Estão perguntando onde estávamos enquanto o Brasil era saqueado. Cedemos? Nós perdemos? A teoria economia diz que sim. O poder absoluto corrompe

Área social

"Vamos abrir a economia, simplificar impostos, privatizar, descentralizar os recursos para estados e municípios e apoiar a área social, porque os 'Chicago oldies' nunca tiveram só essa face da estabilização, do regime fiscal e monetária, do Banco Central independente; reconhecem a importância do capital humano, do investimento em saúde e educação, do voucher em educação

Trabalho

"O governo democrático vai inovar e abandonar a legislação fascistas da Carta del Lavoro [criada por Benito Mussolini e considerada a inspiração das leis trabalhistas]. Em vez de condenar 40 milhões ao desemprego, que não contribuem com a Previdência, não conseguem ser absorvidos pela economia informal, vamos libertar nossos filhos e netos dessa armadilha com a carteira verde e amarela

Tributação

"Trabalhamos pela simplificação, redução e eliminação de tributos com a criação de imposto único federal. O ideal é ter 20% de carga tributária, acima disso é o quinto dos infernos. Tiradentes morreu por isso. Hoje é 36%

Ganhos para os cofres públicos

O novo salário mínimo, fixado em R\$ 998 pelo presidente Jair Bolsonaro, é mais um benefício decorrente da inflação abaixo da meta, um dos melhores legados da administração Temer. Com esse valor, o governo ganhará uma inesperada folga em suas contas. Como se previa uma alta maior de preços, foi autorizado no Orçamento o valor de R\$ 1.006. Pelos cálculos do Tesouro, cada R\$ 1 de elevação do mínimo resulta em R\$ 302,8 milhões de gastos, por causa do efeito nos benefícios previdenciários. Com base nessa estimativa, pode-se prever um alívio de cerca de R\$ 2,4 bilhões. O ganho pode parecer modesto, mas é cerca de um terço do impacto causado pelo aumento concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal, incluído o efeito cascata. Nenhum ganho é desprezível, quando se tem de cuidar das finanças públicas.

Se o ministro da Economia, Paulo Guedes, for tão prudente quanto se espera, tentará arrumar essas contas sem perder um dia. A prioridade é imposta pelos fatos. A dívida bruta do governo geral chegou em novembro a R\$ 5,28 trilhões, soma equivalente a 77,3% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano, a proporção aumentou 3,2 pontos percentuais.

A relação pode oscilar de um mês para outro, mas é clara a tendência no médio e no longo prazos: o peso aumentará enquanto o setor público for incapaz de liquidar pelo menos os juros da dívida. Só haverá dinheiro para isso quando o setor público tiver superávit primário, isto é, quando a operação da máquina administrativa deixar alguma sobra no cofre.

Isso poderá ocorrer em 2023, segundo projeção de especialistas. Até lá, o endividamento crescerá, porque será preciso continuar rolando o principal e os juros. O governo geral inclui o governo federal, o INSS e os governos estaduais e municipais. Os dois primeiros componentes são os mais importantes, mas muitos Estados e municípios também andam com as finanças em más condições e gastando muito com aposentadorias.

Vender empresas para abater parte da dívida terá efeito passageiro sem medidas de ajuste mais focadas. Depois,

a dívida voltará a crescer. O ajuste para valer dependerá crucialmente da reforma da Previdência. Os gastos previdenciários formam o maior componente das despesas primárias, crescem seguidamente e devoram quaisquer ganhos obtidos em outras áreas da administração.

De janeiro a novembro o governo federal conseguiu um superávit de R\$ 103,80 bilhões nas contas da Tesouro. Esse valor sumiu no ralo do INSS, porque o déficit previdenciário chegou a R\$ 186,30 bilhões. Juntando-se a esse conjunto o pequeno déficit de R\$ 913 milhões do Banco Central (BC), o governo central fechou o período de 11 meses com um buraco de R\$ 83,41 bilhões no balanço primário. Esses cálculos são do BC e indicam o resultado fiscal medido com base na necessidade de financiamento.

Acrescentando-se os balanços dos Estados e municípios e da maior parte da estatais (o cálculo exclui Petrobrás e Eletrobrás), chega-se a um déficit primário de R\$ 67,12 bilhões para o setor público. O resultado é parcialmente salvo por Estados, municípios e estatais, embora alguns governos estaduais e municipais estejam virtualmente quebrados.

Com a conta de juros, obtém-se o resultado nominal do setor público, um buraco de R\$ 419,40 bilhões, correspondente a 6,71% do PIB. Para comparação, o governo italiano foi severamente pressionado pela Comissão Europeia, no fim do ano passado, porque seu projeto orçamentário previa um déficit nominal de 2,40% do PIB em 2019. O governo cedeu, mas a negociação continuava no fim do ano passado.

O Brasil é o campeão da dívida pública entre os países emergentes. Isso afeta sua imagem e o custo de financiamento do governo. A inflação contida tem permitido manter os juros básicos em 6,50%. Isso garante algum alívio às contas públicas. Quanto mais contida a inflação e maior a confiança na política econômica, mais prolongada será a manutenção de juros baixos. Preservar esse ativo deve ser uma preocupação central do novo governo.

Concessão é prioridade para infraestrutura

Já em março, estão a caminho as licitações da Norte-Sul e de 12 aeroportos; ministro quer viabilizar Ferrogrão

BRASÍLIA

A transferência de ativos para a iniciativa privada por meio de concessões será uma prioridade do Ministério da Infraestrutura, afirmou ontem Tarcísio Gomes de Freitas na cerimônia em que tomou posse do cargo. Ele afirmou ser necessário aumentar investimentos e que, para isso, pretende calibrar falta ou excesso de regulação para os setores.

Na área de planejamento, Freitas ressaltou a importância do trabalho conjunto com a iniciativa privada e os papéis do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Criada para construir o trem bala, a EPL agora integrará o Ministério da Infraestrutura e cuidará da estruturação de projetos. O ministro listou algumas concessões que estão a caminho já em março,

como a da Norte- Sul e a dos 12 aeroportos no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Citou ainda as novas licitações da Dutra e da BR 381, e disse que pretende concluir a pavimentação da BR-163 no Pará. Freitas reiterou o interesse em renovar a concessão das ferrovias e reafirmou que, ao obter o novo contrato, as concessionárias investirão em novas linhas. O ministro afirmou que trabalhará com toda energia para viabilizar a Ferrogrão, que ligará Sinop, no norte do Mato Grosso, até o porto fluvial de Miritituba (PA), no rio Tapajós.

As concessões rodoviárias que enfrentam dificuldades receberão solução, disse o ministro. Ela pode vir com o alongamento dos prazos de investimento, o que pode ser autorizado nas revisões dos contratos. Outro problema pendente que ele pretende solucionar é o de Viracopos, que deve ter uma nova concessão. / LU AIKO OTTA E A.B.

NOVO GOVERNO » Governo redesenha a Esplanada



Trabalho de troca de nomes de ministérios com as modificações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro na estrutura da Esplanada

Estrutura federal sofre alterações profundas. Tem fusão de ministérios, criação de pastas e mudanças em setores de grande impacto social, como direitos humanos, esporte, cultura e meio ambiente

Paulo Silva Pinto
Renato Souza
Marília Sena*
Ingrid Soares
Especial para o Correio

Por meio da Medida Provisória nº 870, publicada na edição extra do Diário Oficial da União, o governo federal fez mudanças radicais em sua

estrutura de funcionamento. Sete ministérios deixaram de existir — Esporte, Cultura, Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, Trabalho e Segurança Pública —, enquanto dois foram criados, Economia e Cidadania, para incorporar setores estratégicos e dar fluência à gestão do país. Ao todo, há 22 pastas.

Ocorreram mudanças de funções e atribuições também em órgãos que foram mantidos. Entre as alterações mais polêmicas, está o remanejamento da competência para a demarcação de terras indígenas, que saiu da Funai para o Ministério da Agricultura.

Os Ministérios do Esporte e da Cultura deixaram de existir, tendo sua estrutura incorporada ao recém-criado Ministério da Cidadania. A pasta nasce com a responsabilidade de gerir entidades como a Agência Nacional de Cinema (Ancine), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A exclusão do Ministério da Cultura, anunciada logo após as eleições, provocou polêmica entre artistas e demais agentes culturais do país.

No desenho do novo governo, surge ainda o superministério da Economia, que reúne atribuições dos extintos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, como já havia sido anunciado.

Com as alterações, o Ministério da Agricultura, chefiado por Tereza Cristina (DEM-MS), que foi presidente da bancada ruralista no Congresso, ganha força na gestão do presidente Bolsonaro em relação a governos anteriores. A pasta também vai administrar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de manter a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A mudança sobre a responsabilidade pela demarcação





de terras indígenas e quilombolas causou críticas e preocupações entre especialistas e representantes dos povos tradicionais. A avaliação é de que o Ministério da Agricultura não tem equipe especializada para tratar do assunto. De acordo com dados da Funai, atualmente, o Brasil tem 462 terras indígenas regularizadas, o que representa cerca de 12,2% do território nacional. Mesmo que sejam para uso desses povos, o território demarcado continua sendo propriedade da União.

Numa mensagem publicada no Twitter, Bolsonaro falou sobre o assunto e respondeu às críticas. “Mais de 15% do território nacional é demarcado como terras indígenas e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nesses lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar esses cidadãos e valorizar a todos os brasileiros”, escreveu.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cleber Buzatto, afirmou que é grande a preocupação com a decisão de demarcações indígenas, uma vez que transfere a responsabilidade para os principais ‘inimigos’ dos povos. “A agricultura é o setor responsável por invasões e pressão para que as demarcações não ocorram. A perspectiva é de que a Constituição seja desrespeitada. Significa retirar de um órgão técnico e transferir para órgão que tem mais papel político”, disse. “Na prática, deixa de lado o tratamento técnico

do tema e traz um tratamento político e ideológico, com o comando do setor de frontal oposição às demarcações de terras indígenas. Isso é preocupante.” Buzatto ressaltou que “o histórico dos povos indígenas é de resistência e de luta” e afirmou que a tendência é de que ocorram manifestações nos próximos dias.

Além disso, a pasta responsável pelo agronegócio também passa a incluir o Serviço Florestal Brasileiro, que sai do Ministério do Meio Ambiente. A agricultura torna-se responsável pelo cadastro de áreas florestais que integram a reserva legal de propriedades privadas, de acordo com o Código Florestal.

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) passa a ser subordinada à Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Essa é uma alteração que já vinha sendo pensada nos últimos anos, mas sempre foi adiada pela resistência dos funcionários da Receita Federal à ideia. A Enap costuma estar sob o comando de integrantes da carreira de especialista em política pública e gestão governamental (EPPGG), mais conhecidos como gestores, antes vinculados ao Ministério do Planejamento e agora colegas dos funcionários da Receita na pasta da Economia.

Valorização

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, avaliou como positivas as fusões de ministérios e

afirma que podem contribuir para a gestão da máquina pública. “Era inevitável reduzir a quantidade de pastas. A maioria dos países desenvolvidos possuem entre 15 e 16. Não é só uma questão de reduzir gastos públicos. É uma questão de dar maior funcionalidade ao governo”, argumentou. “Quanto aos setores incorporados na Agricultura, é necessário colocar secretários que sejam valorizados e que representem os segmentos pelos quais ficarem responsáveis.”

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) não é mencionado na nova estrutura, o que sugere que deixa de existir. O colegiado, com subordinação direta à Presidência da República, foi um marco dos governos petistas, instalado logo que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder, com a atribuição de implantar o programa Fome Zero. Tampouco há qualquer menção ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDES), o chamado Conselhão, na estrutura da Casa Civil.

Marca petista

O chamado Conselhão também é uma marca da gestão do presidente Lula e tem sido um local de interação entre o governo e representantes de vários estratos da sociedade.

12,2%

Porcentagem do território nacional com terras indígenas regularizadas, segundo a Funai

Freio na influência política

Na nova estrutura do governo, houve também mudanças na estrutura de pessoal, com a substituição de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) de níveis 5 e 6, que hoje podem ser ocupados por pessoas de fora do serviço público, por Funções Comissionadas, destinadas exclusivamente a servidores públicos. Esses DAS são os de maior valor na Esplanada. Isso tende a reduzir a influência política nas indicações, embora não a elimine. Os servidores concursados podem ter padrinhos políticos, ainda que sejam menos vulneráveis a isso.

Ficou definido, porém, que, nesse processo de substituição, não poderá haver aumento de despesas para o Tesouro Nacional. Ou seja, para cada função comissionada criada, será extinto um DAS. Tal decisão provocou burburinho enorme no governo. Muita gente que ocupa esses DAS de valor mais alto já está limpando as gavetas.

A MP mantém a proporcionalidade dos benefícios recebidos pelos ocupantes de DAS. Assim, quem vier a ocupar as novas funções comissionadas terá direito a auxílio-moradia proporcional. Resta saber, no caso dos servidores escolhidos para essas funções, se eles já têm residência própria no local onde estão lotados.

Na mesma MP, o presidente Bolsonaro autorizou a requisição de servidores para a Controladoria-Geral da União (CGU), para o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para o Ministério da Justiça e Segurança e para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

*Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa

Exonerações de DAS

Renato Souza
Rosana Hessel



Rubin, secretário especial adjunto de Desburocratização, disse que a intenção é cortar 30% dos comissionados

Bastaram apenas dois dias para que a Esplanada dos Ministérios fosse atingida com os efeitos da gestão Bolsonaro. Terceirizados e profissionais que ocupavam cargos em comissão foram cortados em diversos órgãos de governo. No Ministério da Economia deve ocorrer o maior corte da história em uma única pasta. Na Casa Civil, citando uma “despetização”, o ministro Onyx Lorenzoni anunciou a exoneração de 320 servidores em função gratificada e DAS. “Vamos retirar de perto da administração pública federal todos aqueles que têm marca ideológica clara. Todos sabemos do aparelhamento que foi feito nos quase 14 anos que o PT aqui ficou”, afirmou.

Além disso, na tentativa de reduzir gastos da máquina pública, o governo de Bolsonaro determinou que todos os ministérios diminuam os contratos com empresas terceirizadas. A ordem é cortar

“drasticamente” nessas despesas. A medida ocorre após uma varredura em contratos, que geram um gasto de R\$ 25 bilhões por ano. Ocupantes de cargos terceirizados foram dispensados assim que chegaram ao trabalho, na manhã de ontem.

As áreas que mais contratam terceirizados são Educação, Saúde, Turismo, Esporte (incorporado pelo Ministério da Cidadania) e Integração Nacional (agora, Desenvolvimento Regional), além da Secretaria de Comunicação, absorvida pela Secretaria de Governo. Estão na mira terceirizados que trabalham em áreas como limpeza, secretarias, manutenção, prevenção, transporte e vigilância.

O Ministério da Economia, que englobou Fazenda; Planejamento; Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic); e parte do Ministério do Trabalho, ficará distribuído entre os cinco prédios da Esplanada. Paulo Uebel, secretário executivo de Desburocratização, Gestão e Governo Digital despachará no Bloco K, sede do Planejamento. Rogério Marinho, secretário especial de Previdência, ficará no Bloco F, antiga sede da Secretaria de Previdência e do Ministério do Trabalho. Carlos da Costa, secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, estará no Bloco I, onde ficava a sede do Mdic. Paulo Guedes trabalhará no Bloco P, sede do Ministério da Fazenda.

Cortes

Gleisson Rubin, secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, informou que a intenção é cortar 30% dos comissionados, sendo 600 funções comissionadas de Direção de Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), que só podem ser concedidas para servidor, e mais 2,5 mil Funções Gratificadas, de menor valor. “Estamos reduzindo as gratificações, mas não significa que serão 3,1 mil cortes de funcionários”, explicou.

Segundo Rubin, esse corte é reflexo da fusão das pastas que antes tinham equipes próprias para diversas atividades. “Havia quatro gabinetes, e esse novo não será do tamanho do gabinete do Ministério da Fazenda, porque ele não daria conta de gerir quatro pastas. Mas ele também não é a soma algébrica dos quatro gabinetes. Por isso, tem espaço de redução. A mesma coisa vale para a secretaria executiva e, em menor tamanho, nas áreas intermediárias”, contou.

Adequação

O decreto com as mudanças terá cinco anexos, sendo que o primeiro tem cerca de 150 páginas. A publicação deve ocorrer nos próximos dias. No entanto, deve começar a valer em meados de fevereiro, para dar tempo para adequação do sistema.

NOVO GOVERNO »

Continuidade na Infraestrutura

Titular da pasta mantém previsão de leilões de concessão da Ferrovia Norte-Sul e de aeroportos para março, promete retomar obras paradas e transferir o maior número possível de ativos e projetos para a iniciativa privada

» SIMONE KAFRUNI

A prioridade nos primeiros 100 dias de existência do Ministério da Infraestrutura, que substitui, no governo de Jair Bolsonaro, o Ministério de Transportes, Aviação Civil e Portos, será dar continuidade ao que está em curso, como os leilões de concessão, previstos para março, e entregar obras prontas. A promessa é do ministro Tarcísio Gomes de Freitas, que assumiu a nova pasta ontem, sem a transmissão de cargo pelo ex-ministro Valter Casimiro que, no mesmo horário da solenidade, estava sendo empossado na Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

“A transição tem sido feita dentro de uma visão de Estado. Vamos inaugurar obras e fazer entregas. Há um trecho da BR-235 (BA) que vai ser concluído. Tem um terminal de passageiros em Vitória da Conquista e outro em Macapá. São entregas imediatas, como a assinatura de contrato da Rota de Integração do Sul (RIS), que é um marco do novo modelo de regulação, com contrato inteiramente diferente dos da rodada

anterior”, disse.

O ministro ressaltou que vai contar com o apoio da secretaria especial do Programa de Parceria do Investimento (PPI), da qual foi coordenador desde julho de 2016, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que está sendo transferida para o Ministério de Infraestrutura. “Nosso desafio começa em março. Temos o leilão da Ferrovia Norte-Sul e a quinta rodada dos leilões de aeroportos, que será o primeiro teste do modelo em bloco. Se for aprovado pelo mercado, vamos retomar as concessões de aeroportos.”

Freitas prometeu que a sexta rodada de aeroportos, com mais três blocos, será lançada assim que a quinta rodada for realizada. “Vamos aprofundar a avaliação para ver qual o melhor desenho dos novos blocos de aeroportos. Terminada a sexta rodada, vamos colocar a sétima na praça, também com três blocos. Sempre dentro da lógica do mais rentável com os menos rentáveis”, assinalou. O Santos Dumont (RJ) vai entrar na última rodada, conforme o ministro, para dar sustentabilidade à Infraero. “Temos que mantê-la capitalizada até o fim. Depois, veremos qual a melhor saída para a estatal”, afirmou.

Ativos

O novo ministro anunciou também os integrantes de sua equipe e prometeu retomar obras paradas. Além disso, vai promover novos leilões de concessão. “O relatório do TCU (Tribunal de Contas de União) da BR-364-365 (GO/MG) está pronto. Vamos fazer o novo edital e realizar mais uma concessão, dentro do que está programado, que é transferir o máximo de ativos para iniciativa privada”, destacou.

Sobre as concessões rodoviárias com problemas, Freitas explicou que o governo vai buscar soluções nos próprios contratos, como o mecanismo da revisão quinquenal. “Estamos numa lógica de exigir investimentos por gatilhos de demanda. Os contratos antigos não têm isso. Veremos a melhor forma de fazer a duplicação dos trechos dessas concessões, após aval dos órgãos de controle.”

Freitas ainda comentou sobre a tabela de frete e disse que, com a queda do preço do petróleo e do câmbio, mesmo tirando a subvenção de R\$ 0,30, o valor do diesel ficou o mesmo. “Não há impacto no preço. Se tiver, vamos reajustar a tabela. Mas depois de conversar com o setor para eliminar distorções.”





Quem é quem

» Marcelo Sampaio
secretário executivo

» Viviane Esse
secretária executiva adjunta

» Natália Marcassa
secretária de Planejamento, Fomento e Parcerias

» Ronei Saggioro Glanzmann
secretário de Aviação Civil

» Diogo Piloni
secretário de Portos e Transporte Aquaviário

» General Jamil Megid Junior
secretário Nacional de Transporte Terrestre

» Caroline Lemos
diretora aquaviária do Dnit